



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

Curadoria do Meio Ambiente

SIG n. 06.2021.00000355-3 – IC - Inquérito Civil

Investigado: Indústria Metalúrgica ILHA Ltda Me

Assunto: apurar a prática de atividade potencialmente causadora de degradação, sem licença ambiental de operação – LAO, pela Indústria Metalúrgica Ilha LTDA, localizada na Rua Achiles Pedrini em Joaçaba/SC.

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba, Dra. Márcia Denise Kandler Bittencourt, doravante designada **COMPROMITENTE**; e **INDÚSTRIA METALÚRGICA ILHA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 01.036.593/0001-09, com sede na Rua Achiles Pedrini, n. 254, Vila Pedrini, em Joaçaba/SC, nesta Comarca de Joaçaba, representado neste ato, pelo seu representante legal, Sr. Waldemar Cordazzo Filho, brasileiro, nascido em 19/06/1998, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n. 094.006.949-03, residente e domiciliado na Rua Achiles Pedrini, n. 252, Bairro Vila Pedrini, no Município de Joaçaba – SC, CEP: 89.600-000 doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, neste ato acompanhado de seu advogado, Dr. Marcos Weiss, OAB/SC n. 50.546;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, inciso III, da Constituição da República e art. 5º da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85;



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

CONSIDERANDO que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225, *caput*, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas fôrmas” (art. 3º, inciso I, da Lei n. 6.938/81), e que poluição é “a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos” (inciso III);

CONSIDERANDO o objetivo maior da Política Nacional do Meio Ambiente que é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com o equilíbrio ambiental essencial à sadia qualidade de vida;

CONSIDERANDO que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (art. 23 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que, de acordo com a Lei Federal n. 6.938/1981, o licenciamento ambiental, como decorrência do princípio da prevenção, é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 9º);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 10 da Lei n. 6.938/1981, “A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental";

CONSIDERANDO que conforme a Resolução CONAMA n. 237/97 o Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possa causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (Art. 1º, inciso I, da Resolução CONAMA n. 237/97);

CONSIDERANDO a indispensabilidade de licença ambiental para a fabricação de estruturas metálicas, com tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão, conforme a Resolução n. 98/2017 do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA (código específico 11.30.01);

CONSIDERANDO a indispensabilidade de licença ambiental para serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão, conforme a Resolução n. 98/2017 do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA (código específico 11.60.02);

CONSIDERANDO que poluição, nos termos da Lei n. 6.938/81, artigo 3º, é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetam desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

CONSIDERANDO que em Santa Catarina, o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) é o responsável legal pelo licenciamento



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

ambiental que prevê modalidade trifásica, mediante emissão de Licença Ambiental Prévia (LAP), Licença Ambiental de Instalação (LAI) e Licença Ambiental de Operação (LAO), conforme definido na Resolução CONSEMA 98/2017;

CONSIDERANDO que o licenciamento ambiental é regulamentado, principalmente, pelo Decreto Estadual n. 2.955/2010, que indica a documentação necessária para a deflagração do procedimento de licenciamento ambiental, bem como detalha os relatórios de vistoria e os pareceres técnicos obrigatórios para a obtenção da LAO corretiva;

CONSIDERANDO, por seu turno, o art. 20 da Resolução CONSEMA n. 98/2017 estabelece o conteúdo mínimo do Estudo de Conformidade Ambiental a ser apresentado pelo empreendedor durante o procedimento de emissão da LAO corretiva, *in verbis*:

Art. 20. Os empreendimentos ou atividades que se encontrem implantados ou em operação sem o devido licenciamento ambiental deverão requerê-lo junto ao órgão ambiental licenciador competente, a fim de verificar a possibilidade de regularizar sua situação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis. § 1º A regularização do licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades se dará pela emissão de LAO. § 2º Para fins de emissão da LAO deverá o órgão ambiental exigir um ECA compatível com o Porte e o Potencial poluidor do empreendimento ou atividade compreendendo, no mínimo: a) diagnóstico atualizado do ambiente; b) avaliação dos impactos gerados pela implantação e operação do empreendimento ou atividade, incluindo os riscos; c) medidas de controle, mitigação, compensação e de readequação, se couber. § 3º O nível de abrangência dos estudos constituintes do ECA guardará relação de proporcionalidade com os estudos necessários para fins de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade no âmbito da LAP.

CONSIDERANDO a Matriz de Procedimentos Administrativos para o Licenciamento Ambiental, atualizada pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) em janeiro de 2020, enuncia que, em se tratando de atividade em operação sem licença (LAP, LAI e LAO), devem ser observados os seguintes procedimentos: (1) lavratura de Auto de Infração



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

Ambiental; (2) lavratura de Termo de Embargo e de Interdição, quando couber; (3) informação do número do AIA ao Ministério Público; (4) requerimento de LAO corretiva pelo empreendedor no SINFATWeb, com apresentação das documentações exigidas;

CONSIDERANDO que, a fim de permitir a regularização de empreendimentos que operam atividades potencialmente poluidoras sem as devidas licenças ambientais, o art. 79-A da Lei n. 9.605/98 estabelece que os órgãos ambientais pertencentes ao SISNAMA poderão celebrar termos de compromisso, com força de título executivo extrajudicial, para a adequação das irregularidades à legislação ambiental;

CONSIDERANDO o Relatório de Fiscalização n. 11.2021-CODAM/JBA que constatou que a Indústria Metalúrgica Ilha LTDA ME operava sem LAO; impedia ou dificulta a regeneração em APP e lançava substâncias oleosas e resíduos de tinta diretamente no solo;

CONSIDERANDO que a empresa ora investigada possui a operação embargada;

CONSIDERANDO que a empresa se dispôs a corrigir as irregularidades constatas e que, inclusive já protocolizou no Município pedido de regularização ambiental em relação à área de APP;

Resolvem celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta nos autos do Inquérito Civil Público n. 06.2021.00000355-3, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, mediante os seguintes termos:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto sanar as irregularidades na operação da empresa Compromissária perante o IMA, no que diz respeito ao Licenciamento Ambiental, e perante o Município de Joaçaba, no tocante à regularização ambiental da ocupação da área de preservação permanente.



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

CLÁUSULA SEGUNDA: Considerando que o Compromissário já protocolou o pedido de Certidão de Regularização Fundiária e Ambiental com base na Lei Complementar Municipal n. 395/19 junto ao Município de Joaçaba, deverá o compromissário apresentar ao Ministério Público a respectiva certidão no prazo de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Compromissário deverá protocolar no Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA pedido de Licença Ambiental Corretiva para viabilizar a atividade de fabricação de estruturas metálicas, compreendida as atividades de pinturas, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da Assinatura do Termo de Ajustamento de Condutas.

Parágrafo primeiro: Para fins de cumprimento deste item 3, o compromissário deverá apresentar a Promotoria de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias contados do término no prazo estipulado no item 3, comprovante do protocolo do requerimento administrativo realizado junto ao órgão ambiental licenciador.

Parágrafo segundo: A certidão de regularização fundiária deverá ser juntada no processo de licenciamento ambiental no prazo de 5 (cinco) dias após a emissão.

Parágrafo terceiro: O compromissário se compromete a, nos prazos indicados pelo Instituto do Meio Ambiente, realizar todas as adequações requisitadas pelo órgão ambiental para fins da obtenção da licença corretiva.

Parágrafo quarto: Obtida a Licença Ambiental de Operação Corretiva, o compromissário deverá apresentar cópia da LAO Corretiva a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da emissão.



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

CLÁUSULA QUARTA: O compromissário deverá suspender as atividades de pintura por aspersão enquanto não realizada todas as adequações necessárias para a realização da atividade. As demais atividades poderão ser retomadas após o levantamento do termo de embargo, o que ficará a critério da autoridade ambiental do IMA.

DA MULTA E DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: O não cumprimento injustificado do ajustado nas cláusulas do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta implicará na responsabilidade do compromissário ao pagamento da multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por evento, cujo valor será revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina e ao Fundo Municipal do Meio Ambiente e deverá ser quitado mediante boleto bancário a ser expedido e retirado junto à 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigações assumidas.

Parágrafo único: A multa acima estipulada será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o compromissário constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados.

DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA SEXTA: O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do Compromissário, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente ajuste entrará em vigor na data de sua homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público.



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA OITAVA: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA NONA: Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015).

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 28, V, e artigo 33, §2º, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes elegem o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Por estarem compromissados, firmam este **TERMO**, em 3 (três) vias de igual teor.

Fica, desde logo, cientificado o compromissário de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários e de que a respectiva promoção de arquivamento será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e o artigo 49 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Joaçaba, 26 de março de de 2021.

(Assinado digitalmente)

Márcia Denise Kandler Bittencourt
Promotora de Justiça

Waldemar Cordazzo Filho
Representante legal
Metalúrgica Ilha LTDA ME



ESTADO DE SANTA CATARINA
MINISTÉRIO PÚBLICO



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

Dr(a). Marcos Weiss
OAB/SC n. 50.546
Procurador do Compromissário

Elenir Ribeiro de Arruda
Gerente de Desenvolvimento Ambiental
Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
(ciência)